

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE VITOR HENRIQUE PARO

Luciana Carvalho dos Santos
lucianadecarvalho11@gmail.com
Prefeitura Municipal de Campo Grande

Guilherme Afonso Monteiro de Barros Marins
guilherme.afonso.marins@gmail.com
Prefeitura Municipal de Campo Grande

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de discutir a compreensão da Administração Escolar na perspectiva de Vitor Henrique Paro, a nossa inquietação nasce de um incômodo percebido empiricamente na rotina laboral docente, ao compreender o trato da Administração Escolar. Este trabalho possui caráter qualitativo que assume a revisão bibliográfica como eixo central da escrita. A hipótese inicial, confirmada posteriormente pelos escritos do autor supracitado, é que a justaposição entre as ‘administrações’ – empresarial e escolar- não pode ser realizada, pois, partem de objetivos institucionais muito distintos.

Palavras-chave: Administração Escolar. Administração Empresarial Escolar. Vitor Henrique Paro.

Introdução

Este trabalho parte de inquietações pessoais frente aos caminhos trilhados por nós, tomando proporções acadêmicas e pertinentes as reflexões que pretendemos realizar. As inquietações partem das experiências docentes e de coordenação escolar em unidades escolares distintas no município de Campo Grande-MS. Foi percebido que o tema: ‘gestão escolar’, quando discutido entre os pares (professores, coordenadores e diretores), apresentado nos Projetos Políticos Pedagógicos e abordados em ações coletivas das próprias unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação, como por exemplo: reunião com os professores, formação pedagógica escolar e da secretaria de educação, tratam este conceito muito próximo ao conceito administrativo de instituições empresariais.

Porém, a administração empresarial foca em produtos palpáveis; lucro; resultados em curto prazo; metas; índices, etc. Reforçando a necessidade primordial nas habilidades individuais para uma boa administração. Com isso, entram em pauta: a liderança, a resiliência, o comprometimento irrestrito, o entusiasmo, o amor ‘a causa’, o trabalho como sacerdócio, o empreendedorismo, intraempreendedorismo e outras categorias.

Em nenhuma possibilidade vivenciada percebemos, sequer, um debate mais ampliado sobre administração escolar, aparentemente a administração das escolas se equipara com a administração de uma empresa. É nesta dinâmica que entendemos ser fulcral compreender de maneira mais crítica sobre o assunto, pois, não concebemos que administrar uma escola necessariamente seja como administrar uma empresa, pois, não formamos produtos, não estabelecemos relações mercadológicas e de clientela e nosso interesse não é o lucro.

Ao caracterizar administração como “o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos” (CHIAVENATO, 2000, p. 07), nos parece oportuno questionar qual é o objetivo da escola, para então poder ser administrada. Para responder a estas inquietações, nosso trabalho terá como base a revisão de artigos escritos por Vitor Henrique Paro, deste modo conceituaremos e apontaremos criticamente o que significa Administração Escolar e quais são suas especificidades, de acordo com o autor supracitado. A hipótese principal é que o autor não faz o tratamento da administração escolar como igualitária à administração de empresas.

A escolha por este autor¹ se dá por sua notoriedade na área, amplitude nos debates acadêmicos e profundidades nas discussões sobre Administração Escolar e os temas pertinentes. Livre docente pela Universidade de São Paulo desde 1991, Vitor Henrique Paro tem como objeto de pesquisa atualmente a educação como processo de trabalho e suas implicações para políticas e administração do ensino público. É membro de corpo editorial de revistas científicas sobre educação, é autor de dezessete livros sobre administração escolar, e publicou mais de setenta textos entre artigos científicos e capítulos de livro. Ainda é ativo na área acadêmica e na promoção do conhecimento oriundo de suas pesquisa e estudos, participa como orientador de mestrado e doutorado do programa de pós graduação da em educação da Universidade de São Paulo.

Para nosso trabalho, com caráter de artigo de revisão, elencamos - dentro da obra de Vitor Henrique Paro - produções científicas que suscitem reflexões teóricas sobre a administração escolar. Deste modo, realizamos a triagem dos artigos disponíveis para leitura e *download* no site do próprio autor². Dos quinze artigos disponíveis – veiculados em revistas científicas- que tenham este objetivo; as reflexões teóricas sobre administração escolar, elencamos os que seguem³: 1) Implicações do caráter político da educação para a administração

¹ Todas as informações acadêmicas sobre Vitor Henrique Paro foram coletadas na plataforma Lattes, no currículo do próprio autor. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualiza_cv.do?id=K4728529D6.

² <http://www.vitorparo.com.br/trabalhos-publicados/artigos/download/>

³ Todos os artigos elencados estão contemplados em nossa referência bibliográfica de maneira completa.

da escola pública , 2) José Querino Ribeiro e o paradoxo da Administração Escolar, 3) A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola.

Desta forma, apresentaremos este trabalho, na escrita que virá, expondo os textos de maneira resumida a partir da ideia do autor, localizando o leitor quanto ao tempo histórico em que foram escritos, as revistas nas quais foram publicados e de maneira geral identificando os objetivos de cada artigo. Assim, cada título dos artigos escolhidos de Vitor Henrique Paro transformam-se em subtítulos de nosso trabalho. Como fechamento desta pesquisa, apresentaremos as considerações finais, com a possibilidade de respondermos positiva ou negativamente à hipótese inicial.

Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública

Este texto foi escrito pelo autor no ano de 2002, está presente no volume 28 n° 02 da Revista Educação e Pesquisa, ocupando espaço da página 11 a 23. O Objetivo do autor, com sua pesquisa, é realizar uma reflexão ampliada sobre administração escolar. Para isso, Paro (2002) busca dentro de uma perspectiva histórica e social de humanidade categorias que nos auxiliam nesta dinâmica. Para o autor, é indispensável dissociar a relação administrativa e pedagógica da/na escola, porém, se faz necessário compreender primeiramente as relações entre política e administração escolar que fuja do senso comum. Ao apresentar uma concepção sobre política e educação voltada aos interesses da manutenção do *status quo*, Paro (2002) mostra que existe outra possibilidade, a defendendo,

[...] a necessidade da relação entre política e educação escolar, acima de tudo, porque a escola não é considerada neutra, estando necessariamente articulada com uma concepção particular de mundo e de sociedade. Não se trata, portanto, de associar ou não a educação escolar com a política: esta já está implícita na ação da escola, que, longe de ser universal, numa sociedade de classes, atende aos interesses dos grupos dominantes que, por meio dela, incutem a concepção de mundo e de homem que lhes é mais favorável. Essa maneira de abordar o papel da escola com relação à política se restringe, em grande parte, aos grupos que têm acesso a uma concepção crítica da escola e da sociedade. (PARO, 2002, p.13).

O autor defende a ação educativa como sendo prioritariamente política, “trata-se de usar a própria educação como instrumento de ação política” (PARO, 2002, p.13) e ao fazer isso, levanta a reflexão e ligação da política como as relações de poder. Todavia, descarta as possibilidades de poder individual, como o autor pontua o ser humano é e foi construído historicamente e necessita do outro- isto é de forma coletiva- para se produzir e reproduzir socialmente.

[...] resulta a condição de pluralidade do próprio conceito de homem histórico, que não pode ser pensado isolado, mas relacionando-se com outros sujeitos que, como ele, são portadores de vontade, característica intrínseca à condição de sujeito. Dessa situação contraditória do homem como sujeito (detentor de vontades, aspirações, anseios, pulsões, interesses, expectativas) que precisa, para realizar-se historicamente, relacionar-se com outros homens também portadores dessa condição de sujeito, é que deriva a necessidade do conceito geral de política. Este refere-se à atividade humano-social com o propósito de tornar possível a convivência entre grupos e pessoas, na produção da própria existência em sociedade. (PARO, 2002, p.15)

É na produção da humanidade, pela política – através do convívio social coletivo – que a importância da escola surge, segundo o autor. Pois, para tornar acessível aos sujeitos, do ponto de vista social e histórico, o conhecimento produzido pela humanidade necessita de uma instituição com esta intenção, com o objetivo de promover a cultura do homem a cada sujeito. (PARO, 2002). Isso só é possível através da ação educativa.

Em sua autoprodução, o homem constrói sua liberdade, por contraposição ao domínio da necessidade natural, ou seja, a tudo aquilo que existe necessariamente, independente de sua vontade e ação. É pela apropriação da cultura que o ser humano, a partir do nascimento, atualiza-se historicamente, à medida que se apropria do que foi produzido pelas gerações anteriores. Nessa apropriação — no duplo sentido de apoderar-se de, mas também de tornar próprio de si, incorporado à sua personalidade, os componentes culturais disponíveis na sociedade em que vive — ele se constrói como ser humano-histórico. Mas, fazer-se homem (histórico) é fazer-se um ser político. É político pois o homem só pode viver politicamente, ou seja, sua existência, como vimos, supõe sempre o plural, a dependência dos demais. Ele só vive se conviver com outros, e isso caracteriza o exercício da política no sentido amplo já mencionado. Como esse fazer-se homem depende necessariamente da educação — é um fazer-se, educando-se — fica patente o caráter intrinsecamente político da ação educativa (PARO, 2002, p.16).

Esta correlação de uma leitura ampliada da política-escola-produção humana, para o autor, transcreve-se como possibilidade democrática. Com a mediação da escola é que torna possível o educando tornar-se homem socialmente.

A educação, assim, constitui-se em autêntica relação social, no sentido preciso e elevado que lhe empresta Humberto Maturana, ao afirmar que “nem todas as relações humanas são relações sociais. São relações sociais somente aquelas que se constituem na aceitação mútua, isto é, na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência” (Maturana, 1998, p. 95). Conceber a educação sob esse prisma, de uma relação de aceitação mútua, entendendo-a como a única forma adequada à convivência social democrática, é aceitá-la como autenticamente dialógica nos termos apresentados por Paulo Freire (1975). O diálogo supõe a conversa de ambos os sujeitos envolvidos — educador e educando — bem como a oitiva e a consideração, por cada um deles, do que o outro diz. Por essa relação se exerce e se aprende a colaboração ao mesmo tempo em que se aprende e se exerce o político como democracia. A colaboração entre grupos e pessoas é essencial à convivência pacífica e ao desenvolvimento histórico da sociedade. (PARO, 2002, p.18).

Ao tratar desta leitura, o autor coloca que não é só uma vinculação do político-pedagógico do fazer escolar e sim todas as dimensões escolares, incluindo a administração. Para Paro (2002) é fundamental que a escola esteja balizada neste sentido. Utilizando o conceito de administração, cujo foco principal é atingir um determinado objetivo, faz-se primordial entender o objetivo da escola, aliada aos aspectos políticos e democráticos. Se assim compreendia, a escola deve ser uma instituição democrática, incluindo seus delineamentos e encaminhamentos de tomadas de decisão- isto é de cunho administrativo.

Sem a aceitação mútua como forma de relação e como ideal a ser constantemente perseguido — isto é, como meio e como fim da ação política — não pode haver verdadeira ação democrática. Por isso, além das regras formais (e mesmo para garantir a criação de regras adequadas) é preciso uma concepção democrática (de aceitação do outro como legítimo sujeito) a orientar todas as condutas e a impregnar todos os espíritos na escola. A consequência disso poderá ser um maior aproveitamento das ricas potencialidades democráticas da relação pedagógica com o fim de tornar mais democrática a administração escolar. Assim como é preciso “administrar” o pedagógico, para coerir meios e fins e para propiciar eficácia na realização dos objetivos, é preciso “pedagogizar” a administração escolar, para que ela se faça mais dialógica e mais democrática (PARO, 2002, p.21).

Ao concluir seu texto, Paro aponta para que exista uma administração democrática escolar se faz necessário abrir mão do conceito de administração clássico- de empresas. E de maneira consciente e articulada com os objetivos da escola, a participação dos envolvidos seja efetiva. O autor conclui com uma reflexão, embora o texto escrito há 16 anos, seja ainda muito pertinente:

[...] parece ainda imperioso enfatizar o caráter político da própria educação, como estratégia para afirmar sua condição eminentemente democrática, e para que sua administração, avessa aos interesses de dominação, se faça ao mesmo tempo política e democrática, porque especificamente educativa. (PARO, 2002, p.22).

José querino ribeiro e o paradoxo da administração escolar

O segundo texto que irei apresentar de modo resumido, que dá nome a esta subseção, foi publicado na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação no ano de 2007. Está alojado no volume 23, número 03 e compreendido das páginas 561 a 570. Este texto é fruto da comemoração do centenário – em 2007- do professor José Querino Ribeiro. Para Vitor Henrique Paro, em suas colocações, José Querino foi um clássico, através de suas aulas; textos e obras, da Administração Escola. E como tal, sendo clássico, é utilizado tanto por teóricos mais

conservadores, como por teóricos mais progressistas no campo de estudo da Administração Escolar.

Vitor Paro deixa claro que embora José Querino Ribeiro tenha sido um expoente e deva ser tratado como clássico, se faz necessário não ficar preso em sua obra, mas utiliza-la de maneira que exista a possibilidade de transcendê-la. Como ponto central de seu texto, Paro (2007), mostra ao leitor o paradoxo que existe na obra, tese de Ribeiro, intitulada “Ensaio de uma teoria de administração escolar” (Paro, 2007, p. 564), no qual frisa que a “administração escolar serve a uma política e filosofia educacional” (id.,ibid.).

Seguindo este raciocínio, Paro (2007), descreve que a administração escolar não se refere apenas a Direção Escolar – que em sua percepção é apenas um aspecto da administração, tão pouco é gerência e ou aspectos isolados. Nas próprias palavras de Paro (2007) em sua interpretação de José Querino Ribeiro, na administração escolar todos

[...] os elementos têm de ser levados em conta. É por isso que o professor, mesmo que nunca venha a ser diretor, precisa entender de administração; porque ele faz parte da administração, ele faz parte da gestão, ele é um dos elementos mediadores da administração dos objetivos. O que interessa, no caso, são os objetivos. Ora, esse princípio é extremamente fecundo e demonstra, em certo sentido, a pobreza atual de muitos estudos sobre administração. Porque, **se administração é isso, a característica principal de um trabalho de administração é o objeto que é administrado**. Se é administração escolar, você precisa conhecer muito, antes e acima de tudo, a escola. Porque, dentro desse princípio, os objetivos da coisa administrada – estou falando “coisa” aqui no sentido de objeto, obviamente, sem nenhuma conotação depreciativa – o objetivo daquilo que se administra é que condiciona a forma, é que condiciona a própria administração. (PARO, 2007, p. 564- grifos meus).

Na sequência apresentada, é chamada atenção para que o que faz sentido na administração são os objetivos do que se é administrado, como podemos perceber na citação acima. Pois, José Querino Ribeiro não pontua a administração geral oposta da administração escolar. É pela administração geral que a escolar se baseará. Todavia, explicita Paro (2007), que existe uma leitura equivocada entre Administração Geral e Administração Empresarial, que historicamente remete um conceito indissociado de outro.

Precisa-se ter presente que “administração geral” até 1952 – e até hoje infelizmente –, quando se fala em princípios de administração geral (não estou dizendo que Querino Ribeiro dizia isso), quando se fala em princípios de administração geral, está-se falando em princípio da administração empresarial, e a ligação entre uma coisa e outra é imediata. Por quê? Porque quem capitaneou o estudo da administração foi sempre a empresa, foram sempre os empresários, e sempre com objetivos empresariais. Mas não apenas os objetivos empresariais. E aí nós temos o livro portentoso — para mim, um clássico também — que é o livro do Harry Braverman, Trabalho e capital

monopolista, que demonstra que essa empresa não é uma empresa qualquer. A empresa que sempre trabalhou, que sempre subsidiou, que sempre esteve interessada em desenvolver princípios específicos ou gerais de administração é a empresa capitalista. (PARO, 2007, p. 565).

Posteriormente a esta explicação, Paro (2007) mostra que Querino Ribeiro, ao utilizar a categoria ‘administração’, a põe como mediadora de determinado objetivo e para que o objetivo fique claro se faz fundamental pensar na política e filosofia de determinada organização. Ao utilizar deste modo, o conceito de administração, Paro (2007), aponta insistentemente para que não haja confusão entre a administração geral e a empresarial. E quando há esta confusão, este embaraço, existe o paradoxo.

Mas quando nós comparamos e falamos, como diz Querino Ribeiro, que o que funda a administração é ser mediação, é ser instrumento para alcance dos objetivos e, ao mesmo tempo, nós falamos que a escola – uma instituição educativa – se pauta nos princípios da administração geral, é só dar um pulinho em falso e dizer que a administração da empresa é igual a administração da escola. Portanto, extremamente paradoxal. Esse paradoxo é utilizado de um modo matreiro, interessado, por muitos que advogam uma administração da escola à imagem e semelhança da empresa capitalista. Mas não me venham dizer que estão seguindo Querino Ribeiro. Querino Ribeiro, quando falava em administração geral, não estava preocupado com esta administração de empresa que busca simplesmente o lucro e que simplesmente explora o trabalho alheio. Percebem? Este é um paradoxo que se resolve quando se aprofunda mais. Quem conhecia o Querino Ribeiro sabia da importância que ele dava à educação e que ele não a pensava como objeto de uma administração no estilo capitalista que tanto criticamos hoje. Ele dá prova disso em sua própria obra quando fala dos objetivos de educação. (PARO, 2007, p. 566).

No decorrer do texto, Vitor Paro faz uma defesa de que Querino Ribeiro não manifestou sua interpretação sobre administração para escolas ao ponto de compará-las com administração empresarial. Defende a ideia do autor centenário que o processo de administrar é um processo de mediação para se alcançar um determinado objetivo. Bem como, para que haja mediação, retoma a centralidade de se conhecer o objeto administrado. Conclui seu texto fazendo um ‘apelo’ a necessidade de se conhecer amplamente, nos sentido lato, a educação e a escola.

Eu venho batendo nessa tecla: se você assume que a administração é mediação, sabe o que você tem de fazer? – Estudar escola. Se é com educação escolar que você está lidando, precisa saber como ela funciona. E não dá para saber como funciona a escola desconhecendo a Psicologia da Educação, desconhecendo Didática, não sabendo como se ensina, não se aprofundando nas múltiplas e inúmeras atividades e relações de poder, de afeto, de repulsão, de atração e de tudo o que acontece dentro da escola. Então, o bom estudo sobre administração escolar tem de ter a escola como objeto de estudo. (PARO, 2007, p.569).

A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola

O terceiro texto que iremos resumidamente, porém tentando manter as importâncias dos conceitos apresentados e trazidos juntos consigo, apresentar foi escrito por Vitor Henrique Paro no ano de 2010 e foi publicado na revista 'Educação e Pesquisa', está presente no volume 36, nº03- localizado entre as páginas 763 a 778.

Diferentemente dos outros dois textos apresentados acima, que também dão nome aos subtítulos deste trabalho, esta pesquisa apresentada de Paro (2010) mostra-se com mais elementos e reflexões aprofundadas sobre o tema: administração escolar em uma perspectiva filosófica e sociológica. Por isso, acredito, que este texto expõe-se de maneira segmentada, para que didaticamente o conjunto do pensamento do autor possa ser expresso de maneira clara.

O autor inicia seu texto afirmando o processo de administrar como mediação e não como atividade fim em seu próprio escopo, caracterizando assim a administração como processo de trabalho. Trabalho entendido como categoria ontológica, da perspectiva marxista, que é responsável pela própria humanização do Homem. Pois, conforme aponta Paro (2010), é através do Trabalho – em uma perspectiva histórica- que o homem atende suas necessidades, das mais variadas possíveis, transformando a natureza e ao mesmo tempo transformando-se em Homem (gênero humano).

É pelo trabalho que o homem faz história (e se faz histórico), na medida em que transforma a natureza e, com isso, transforma a sua própria condição humana no mundo. Para além de sua situação de mero animal racional, realiza-se, com o trabalho, sua condição de sujeito, isto é, de condutor de ações regidas por sua vontade. (PARO, 2010, p.766).

Todavia, ao relacionar a Administração como processo mediado à categoria 'Trabalho', Paro (2010) o faz de maneira que compreende a Administração como processo intencional com interesses objetivos de serem atingidos e com um fim pré-estabelecido. Como é o ser humano que executa o trabalho, com finalidade e direcionalidade, de maneira sempre coletiva; social e histórica são postas e inter-relacionadas às condições humanas objetivas e subjetivas neste processo.

Esses dois grupos [objetivo e subjetivo] de recursos sugerem dois amplos campos da administração, certamente não separados um do outro, pois a aplicação dos recursos objetivos e subjetivos só tem sentido se esses forem considerados integradamente. Ao primeiro desses campos, por envolver a utilização racional dos recursos objetivos na realização do trabalho, podemos chamar de racionalização do trabalho. Sua preocupação e escopo é a articulação ótima entre recursos e processos de trabalho, empregando os primeiros da forma mais racional possível – em processos que sejam concebidos e executados do modo mais adequado para o fim que se tem em

mira e para os recursos de que se dispõe. O segundo campo diz respeito à utilização racional dos recursos subjetivos e pode chamar-se coordenação do esforço humano coletivo, ou simplesmente coordenação. (PARO, 2010, p. 767).

A partir do momento que o trabalho se forma de maneira coletiva – se faz necessário uma coordenação de esforços e direcionamento para que se chegue aos objetivos propostos, então a necessidade de administrar.

Posteriormente, o autor indica uma breve discussão sobre direção e o diretor versus administração e o administrador, exibindo o contexto – incorporado social e historicamente – que valida o conceito de Direção como legítimo do poder, baseado na legalidade, investido por uma hierarquia de autoridade. O administrador fica incumbido, segundo o autor, apenas com a parte técnica de um determinado processo, é falaciosa a ideia de que a Direção não contemple também a administração, bem como é errônea a ideia de entender a Direção como administração pura. Essa concepção é contraditória, em que a categoria Direção envolve a Administração e ao mesmo tempo a perpassa.

A direção engloba a administração nos dois momentos desta, de racionalização do trabalho e de coordenação, mas coloca-se acima dela, em virtude do componente de poder que lhe é inerente. Podemos dizer que a direção é a administração revestida do poder necessário para se fazer a responsável última pela instituição, ou seja, para garantir seu funcionamento de acordo com “uma filosofia e uma política” de educação. (PARO, 2010, p. 769).

No processo histórico, Paro (2010) aponta que o termo Direção é a uma ação colocada nas mãos de poucos, dos dirigentes- referenciados como proprietários-, para que determinada organização atinja seus objetivos, conforme almejam os diretores. Todavia, na escola a dinâmica é mais complexa que os interesses privados de uma empresa, por exemplo. É neste escopo que o autor mostra a contradição que é o papel da Direção Escolar.

Os termos desse problema envolvem uma variedade de temas que merecem ser examinados, mas, em suma, há que se considerar os determinantes que interferem no comportamento do diretor da escola pública fundamental. Investido na direção, ele concentra um poder que lhe cabe como funcionário do Estado, que espera dele cumprimento de condutas administrativas nem sempre coerentes com objetivos autenticamente educativos. Ao mesmo tempo, é o responsável último por uma administração que tem por objeto a escola, cuja atividade-fim, o processo pedagógico, condiciona as atividades meio e exige, para que ambas se desenvolvam com rigor administrativo, determinada visão de educação e determinadas condições materiais de realização que não lhe são satisfatoriamente providas quer pelo Estado, quer pela sociedade de modo geral. (PARO, 2010, p.770).

É com esta relação, contraditória, do papel do Diretor e Administrador da Escola que

o autor enfatiza que não se pode fazer uma justaposição da Administração em seu caráter lato para a Escola sem que se tenha claramente estabelecido qual é o objetivo escolar, com o papel da escola. Na perspectiva apresentada do autor, o problema da escola – principalmente a pública - não está no como fazer, na inadequação entre os meios e os fins. Mas, reside em uma concepção política e filosófica da educação, para então apresentar qual sua função e objetivos. Sobre a educação, o autor a caracteriza como:

[...] pode-se dizer que, de modo geral, vigora nos sistemas de ensino e nas políticas públicas educacionais uma concepção estreita de educação, disseminada no senso comum, de que o papel único da escola fundamental é a passagem de conhecimentos e informações às novas gerações. Apesar de a Lei proclamar que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2º da Lei 9.394/1996), quando se trata de concretizar tal finalidade por meio do oferecimento de educação escolar, essa intenção geral se retrai drasticamente. As medidas na direção do “pleno desenvolvimento do educando” se reduzem à tentativa de passagem de conhecimentos, expressos nas disciplinas escolares (PARO, 2010, p.771).

Para Paro (2010), a escola é lugar da transformação do aluno em ‘humano-histórico’ isto significa que a escola

[...] não pode se restringir aos conhecimentos e informações, mas precisa, em igual medida, abarcar os valores, as técnicas, a ciência, a arte, o esporte, as crenças, o direito, a filosofia, enfim, tudo aquilo que compõe a cultura produzida historicamente e necessária para a formação do ser humano histórico em seu sentido pleno (PARO, 2010, p.771).

Todavia, historicamente a escola passou por processos de mudança pois, os que tinham acesso em outrora no estabelecimento educacional, mesmo que público e elitista, já possuíam –segundo o autor:

[...] em seu meio familiar e social, acesso mais amplo à cultura elaborada historicamente e já iam à escola “querendo aprender”⁴ e portavam em sua formação extraescola elementos culturais que as ajudavam a aprender mesmo numa escola ocupada apenas em “passar” conhecimentos [...] (PARO, 2010, 773).

Deste modo, o trabalho da escola contemporânea se torna mais complexo. Com escolas atendendo camadas populares que não tem acesso ao que de mais profundo o ser humano produziu culturalmente e cientificamente, a escola deve cumprir este papel através dos meios necessários- administração – para cumprir estes objetivos. Nesta dinâmica, aponta o autor, a escola está presa na defasagem do significado Direção e Administração e/ou trazendo para o

⁴ É válido ressaltar que o ‘querer aprender’ do aluno, no entendimento do autor, não é uma condição individual em si mesma, e sim uma concepção humana construída no aluno de maneira histórica.

ambiente escolar um significado empresarial de relação de poder e burocracia, deixando de lado sua caracterização pedagógica necessária.

Findando seu trabalho, o autor propõe uma saída para estes impasses objetivando uma Direção Escolar e conseqüentemente uma administração democrática e coletiva. Assim, a concentração de poder (direção) não fica consolidada apenas em um sujeito e consegue coletivamente ter mais força para os embates necessários que surjam, eventualmente, entre os interesses da escola e da unidade federativa da qual faz parte.

[...] diante da atual configuração administrativa e didática da escola básica, que se mantém presa a paradigmas arcaicos tanto em termos técnico-científicos quanto em termos sociais e políticos, é preciso propor e levar avante uma verdadeira reformulação do atual padrão de escola, que esteja de acordo com uma concepção de mundo e de educação comprometida com a democracia e a formação integral do ser humano-histórico – e que se fundamente nos avanços da pedagogia e das ciências e disciplinas que lhe dão subsídios. Assim sendo, qualquer que seja o caminho que venham a tomar as políticas públicas dirigidas à superação da atual escola básica, há que se ter como horizonte uma administração e uma direção escolar que levem em conta a educação em sua radicalidade, contemplando sua especificidade como processo pedagógico e sua dimensão democrática como práxis social e política (PARO, 2010, p.777).

Considerações finais

É de extrema relevância pensarmos, e agirmos, na e pela Administração Escolar pelo fato dela mediar o trabalho escolar para cumprir os objetivos propostos. Todavia, há de ser feita em uma perspectiva mais ampliada. Conforme Vitor Henrique Paro mostrou em seus trabalhos; não é uma justa posição da Administração Empresarial que supre as necessidades e demandas da organização escolar. O autor aponta que é a perspectiva pedagógica que rege a Administração Escolar ao detalhar e explicitar os objetivos da escola. Ao se delimitar os objetivos da escola de maneira coletiva, através de uma administração democrática, a administração cumpre seu papel de mediação.

Porém, os objetivos traçados e delimitados necessariamente estão assentados pelo processo pedagógico- do fazer escolar. Deste modo, faz-se crucial conhecer profundamente como ‘este fazer’ pode se estabelecer para que a Administração Escolar (mediadora do trabalho humano e objetivos estabelecidos) se concretize. Esta possibilidade de compreender a Administração Escolar rompe com a ideia, problematizadora deste trabalho, em suplantando a Administração Gerencial/ Empresarial para a escola. Respondendo nossa hipótese, não é viável realizar esta dinâmica, pois os objetivos da escola não são os mesmos de uma empresa, que pauta-se no lucro como objetivo central.

Certos de que as discussões deste tema, Administração Escolar, não se encerram por aqui, buscamos com este artigo ampliar as perspectivas deste assunto que corroboram para que possamos – em nosso próprio cotidiano escolar- fugir do senso comum sobre a administração na escola e o papel dos entes que a realizam.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração**, 6ª ed., Rio de Janeiro: Campos, 2000. Acesso: 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/chiavenato-introduc3a7c3a30-c3a0-teoria-geral-da-administra-c3a7c3a30.pdf>>.

PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002. Acesso: 22 mar. de 2018. Disponível em: <<http://www.vitorparo.com.br/trabalhos-publicados/artigos/download/>>.

PARO, Vitor Henrique. José Querino Ribeiro e o paradoxo da Administração Escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 23, n. 3, p. 561-570, set/dez. 2007. Acesso: 22 mar. de 2018. Disponível em: <<http://www.vitorparo.com.br/trabalhos-publicados/artigos/download/>>.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. Acesso: 22 de mar. de 2018. Disponível em: <<http://www.vitorparo.com.br/trabalhos-publicados/artigos/download/>>.